



Portal de Legislação da Câmara Municipal de Petrópolis / RJ

LEI MUNICIPAL Nº 8.777, DE 17/05/2024

DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DO BOLETIM DE DADOS SOBRE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS APROVOU E EU, JUNIOR CORUJA, PRESIDENTE, NOS TERMOS DOS [PARÁGRAFOS 5º E 7º DO ARTIGO 64 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO](#), PROMULGO A SEGUINTE:

Art. 1º O Poder Executivo publicará, trimestralmente, em sítio eletrônico próprio, boletim informativo sobre as políticas públicas municipais e atendimentos realizados nos equipamentos públicos e privados de saúde e congêneres, no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos.

Parágrafo único. Os dados publicados deverão necessariamente conter a sua ocorrência por unidade de saúde, área programática e/ou divisão organizativa da cidade, onde couber no tempo vigente, devendo ser desagregados mês a mês.

Art. 2º O boletim de dados deverá, no mínimo, conter as seguintes informações:

I - razão de mortalidade materna, inclusive os casos ainda em investigação e de causas indiretas, resultante de doenças que existiam antes da gestação ou que se desenvolveram agravadas pelos efeitos fisiológicos da gravidez;

II - número de partos ocorridos, contendo:

- a)** partos vaginais;
- b)** cesarianas, eletivas e intraparto;
- c)** indicação da ocorrência de prematuridade e suas causas, caso haja;
- d)** presença de acompanhante;
- e)** presença de doula;
- f)** a apresentação de planos de parto individual pela gestante;
- g)** intervenções ocorridas e/ou procedimentos realizados durante o trabalho de parto e parto, tais como, mas não somente: episiotomia, amniotomia, manobra de kristeller, enema, tricotomia e utilização de ocitocina de rotina;
- h)** indicadores de acessibilidade a métodos de alívio da dor, como analgesia e também não farmacológicos, tais como, mas não somente: livre movimentação, práticas integrativas e complementares em saúde (aromaterapia, cromoterapia, acupuntura, moxabustão, entre outras), banho quente, livre escolha de posição no momento do parto;
- i)** proporção de natimortos em relação aos nascidos vivos; e
- j)** internações em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) materna e neonatal decorrentes da parturição.

III - interrupção da gestação, conforme previsão legal, com as unidades de saúde onde ocorrem;

IV - atendimento pré-natal, inclusive exames de diagnóstico realizados;

V - acesso a métodos contraceptivos, por tipo de método, incluindo:

- a)** contraceptivos de emergência;
- b)** procedimento de laqueadura, com a relação quantitativa de demandas por atender, caso haja;
- c)** procedimento de vasectomia, com a relação quantitativa de demandas por atender, caso haja;
- d)** inserção de Dispositivo Intrauterino (DIU), com a relação quantitativa de demandas por atender, caso haja;
- e)** quantitativos disponíveis para o público usuário, por método de prevenção.

VI - diagnósticos ginecológicos relativos às doenças do aparelho reprodutivo e da mama, com incidências mais frequentes, inclusive cirurgias de histerectomia;

VII - atendimentos a pessoas com Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), bem como pessoas em tratamento de demais Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's);

VIII - número de registros de denúncias sobre atendimentos na atenção ao ciclo gravídico-puerperal na Ouvidoria, através do sistema 1746 ou o que o substitua, com relação de unidades de atendimento e frequência de temas de ocorrência; e

IX - número de gestantes e puérperas entre os casos de arboviroses e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG's);

X - Número de puérperas entre os casos de hemorragia;

XI - Diagnóstico as síndromes de hipertensivas.

Parágrafo único. Os dados a que se refere o artigo 2º deverão ter os recortes de idade, raça/cor, sexo e orientação sexual, escolaridade, bairro de moradia e faixa de renda das pacientes atendidas.

Art. 3º A publicação dos dados de que trata esta Lei observará as regras impostas pela [Lei nº 13.709](#), de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Art. 4º A disponibilização dos dados de que trata esta Lei deverá ser aberta à consulta pública, conforme disposto na [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no [inciso XXXIII do art. 5º](#), no [inciso II do § 3º do art. 37](#) e no [§ 2º do art. 216 da Constituição Federal](#), altera a [Lei nº 8.112](#), de 11 de dezembro de 1990, revoga a [Lei nº 11.111](#), de 5 de maio de 2005, e dispositivos da [Lei nº 8.159](#), de 8 de janeiro de 1991, e dá outras providências.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei poderá acarretar ao infrator as sanções cíveis e penais previstas em Lei, sem prejuízo de sua penalização por meio de sanções administrativas, na forma que o Poder Executivo regulamentar.

Art. 6º O Boletim de Dados sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos deverá ser disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria de Saúde e qualquer outro dispositivo de comunicação afim.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei a partir da data da sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todos a quem o conhecimento da presente Lei competir, que a executem e a façam executar, fiel e inteiramente como nela se contém.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis, em 17 de maio de 2024.

*JUNIOR CORUJA
PRESIDENTE*

*Autoria: Júlia Casamasso
CMP: 4045/2023*